

**SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO****O USO DA ANÁFORA CONCEITUAL NA ARGUMENTAÇÃO ESCRITA***Sandra Maria Leal Alves<sup>1</sup>***RESUMO**

O uso da anáfora conceitual na produção de textos argumentativos constitui-se numa importante dificuldade apresentada por muitos estudantes de diferentes níveis de escolaridade. Por tratar-se de uma retomada com características sintetizadoras, seu uso inadequado pode resultar em problemas de compreensão leitora do conteúdo proposto. Dentro dessa perspectiva, este estudo propõe-se a analisar algumas passagens de redações de vestibular que apresentam usos inapropriados dessa estratégia coesiva e sugerir alternativas semanticamente mais adequadas.

**Palavras-chave:** Anáfora conceitual. Texto argumentativo. Compreensão leitora.

**INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é analisar o uso da *anáfora conceitual*<sup>2</sup> em redações de vestibular através de uma abordagem semântico-pragmática, voltada para o uso – com frequência problemático – desse recurso coesivo na argumentação escrita. Os comentários que se seguirão a cada um dos excertos estarão acompanhados de sugestões de substituição da anáfora utilizada pelo candidato para que, a partir disso, possa-se pensar em formas factíveis e eficientes de amenizar o problema na prática de produção textual em sala de aula.

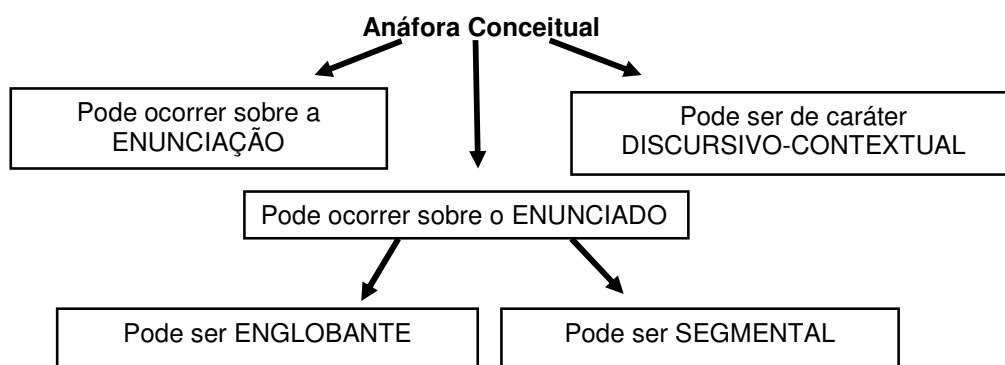
## 2 BASE TEÓRICA

A base teórica que norteou a análise está ancorada na noção de textualidade de autores de diferentes correntes teóricas, tais como HALLIDAY e HASAN (1989) – conectividade lógico-semântico-pragmática das proposições de um texto; CHAROLLE (1980) – metarregras de coerência na orientação lógico-semântica das proposições; BENVENISTE (1995) – a forma de representação da terceira pessoa com instância não marcada no discurso; LADEVÉZE (1993) – a relação entre fluidez do pensamento e o encadeamento gramatical das palavras e DESCOMBES e JESPERSEN (1992) – capacidade resumitiva da anáfora conceitual, entre outros. Desse modo, com base no que a literatura especializada entende por *anáfora conceitual*, cabe aqui citar alguns conceitos.

Conforme DESCOMBES e JESPERSEN (1992), pode-se dizer que a AC é um processo de nominalização em *esse(a) + N*, *o/a + N*, *um certo + N*, *tal/tais + N* que permite resumir em um sintagma nominal segmentos de discurso do tipo sintagma verbal, frase, enunciado ou texto. Nessas circunstâncias, a AC assume uma função resumitiva, cujo alcance é condicionado pelo semantismo que permite identificar seu referente e apresenta um leque de opções bastante limitado por questões gramaticais. O mesmo não se aplica à anáfora pronominal *isso*, que pode abranger um número maior de referentes por funcionar como um hiperônimo neutro. Para GERNSBACHER (1991), anáfora conceitual é o pronome plural que não tem um antecedente correferencial; e para GARNHAM et AL. (1992), anáfora conceitual é uma anáfora pronominal que não tem um antecedente linguístico explícito, exigindo que o leitor se baseie no próprio contexto textual, a partir de um item lexical antecedente, para inferir o seu referente.

Com base nessas definições, é possível traçar um perfil das características bastante dinâmicas desse elemento coesivo. São elas: i) seu antecedente pode não ser apenas um nome, mas um segmento de discurso de extensão variável; ii) tem a função de marcador-articulador argumentativo; iii) apresenta um semantismo que permite identificar o segmento de referência; e iv) tem função resumitiva.

Quanto à abrangência funcional da AC, pode-se se dizer que ela pode ocorrer nos discursos basicamente em três situações: i) sobre a enunciação; ii) sobre o enunciado (de forma englobante ou segmental); e iii) pode ser de caráter discursivo-contextual, conforme o esquema abaixo.



Para tornar mais claras as noções acima esquematizadas, vejamos alguns exemplos de aplicação em cada um dos casos.

1) Anáfora conceitual sobre a **enunciação** – nessa função, esse elemento de ligação é sempre englobante (ou seja, recobre todo o enunciado) e de modo geral aparece em discursos do gênero dialógico.

Ex: Tens dinheiro? Estou 'duro'!

Cuja forma estendida seria:

- Eu te pergunto se tu tens dinheiro, porque eu estou sem nenhum e preciso pagar uma dívida.

2) Anáfora conceitual sobre o **enunciado** – nessa função, esse elemento de ligação:

a) pode ser englobante (quando abrange todo o referente)

Ex: A chuva é necessária, porém quando chove *as ruas ficam alagadas, os bueiros entopem e os rios transbordam*. Esses problemas transtornam nossas vidas.

b) pode ser segmental (quando abrange apenas um segmento do referente)

Ex: Quando estamos sobrecarregados de trabalho e cansados, a tendência é que *fiquemos irritados*. Essa sensação pode desencadear problemas de saúde.

Nesses dois exemplos, a AC funciona como marcador/delimitador de unidade de sentido.

3) Anáfora conceitual de caráter **discursivo-contextual** – nessa função, esse elemento de ligação, em geral, viola as regras morfossintáticas de concordância e requer que o leitor estabeleça relações entre fatores linguísticos e extralinguísticos. Não há relação direta entre a AC e seu antecedente.

Ex: O jornalista acompanhou o time ao estádio. Eles fizeram uma bela partida.

Nesse exemplo, a relação a ser feita pelo leitor depende de conhecimento extralinguístico para buscar o referente de ‘eles’ em ‘os jogadores integrantes do time de futebol’, uma vez que tal informação não é dada explicitamente no discurso.

Vejamos agora um exemplo cujo referente tem as mesmas características do exemplo anterior (não está explícito) e é retomado por anáfora zero (Ø).

Ex: Comprei um Fiat. (Ø = eles) São muito econômicos.

Nesse exemplo, o esforço cognitivo do leitor para estabelecer a relação entre a anáfora e seu correferente é ainda maior. Além de buscar fora do texto o referente ‘carro’, é necessário também resolver o problema de concordância relativa ao número, pois “comprei *um* carro Fiat. Eles (os carros da Fiat) são muito econômicos”.

Embora tenhamos o conhecimento sobre o fato de que todo discurso é o produto da complexa confluência de interesses, valores, crenças e conhecimentos compartilhados dos falantes de uma dada língua, sabe-se também que não se trata de algo formatado, repetido da mesma forma por todos. Tem-se, então, um paradoxo: é sempre igual, mas é sempre diferente. Para explicar isso, pode-se começar por definir diferente e igual nesse contexto. Para o que é diferente, a explicação é, de certo modo, simples: cada falante orienta sua comunicação com vistas aos seus objetivos individuais e com base nas circunstâncias de comunicação (tema, ouvinte, espaço, etc). A definição do que é igual, no entanto, pode ser complicada por exigir um grau maior de abstração. O igual reside no sentido, e o sentido é abstrato, arbitrário, conforme a visão saussuriana da língua. A arte da escritura está em saber unir essas duas instâncias do discurso no momento de concretizá-lo. Ou, conforme a definição de Ladevéze (1993):

[...] La información lingüística no variaría aunque todo el mundo leyera el texto, pues es, al menos sincrónicamente, constante. Lo que sí cambia, a través de la interacción textual, es la capacidad de cada sujeto para usar y organizar textualmente la información lingüística. (p.299)

Nesse sentido, a redação de vestibular tem um objetivo claro e bem definido: catapultar o candidato de um nível a outro no processo de construção do conhecimento, o que, por si só, já é motivo suficiente para que o escritor se esforce para defender seu ponto de vista de modo coerente. Infelizmente, a prática de leitura e análise desse tipo de texto (redação de vestibular) mostra que, com frequência, isso não se confirma, especialmente no que se refere aos aspectos de coesão e coerência. A redação de vestibular é um tipo de produção textual que contraria a surrada desculpa de alguns estudantes e professores de que a escrita escolar não tem finalidade evidente e imediata.

### 3 SOBRE A PESQUISA

O *corpus* deste estudo constitui-se de um conjunto de cinquenta redações de vestibular de candidatos que auferiram grau máximo (5) na classificação para diferentes cursos em uma Universidade particular de Porto Alegre. O único critério para a escolha dos textos foi o grau alcançado pelos vestibulandos, não importando o tema abordado (dentre as três possibilidades oferecidas), nem o curso pretendido. Tal critério baseou-se na tentativa de constituir um *corpus* com textos mais bem estruturados, com argumentação mais rica e diversificada, o que resulta num material para análise significativamente mais relevante.

#### 4 AS ANÁLISES

Com a intenção de lançar alguma luz sobre a questão do uso da AC em textos argumentativos, a ideia é fazer uma análise do problema proposto na introdução deste texto. Para tanto, são apresentadas algumas passagens dos textos selecionados na amostra<sup>3</sup>, nos quais se tem a ocorrência: 1) da anáfora pronominal *isso*, e 2) de processos de nominalização em *esse + N* e *tais + N*.

Tratemos, primeiramente, de alguns problemas ocasionados pelo uso do hiperônimo neutro *isso*.

##### Exemplo 1

(...) Um exemplo era o grande número de representantes políticos homens, que eram unânimes em cargos públicos, ao passo que as poucas mulheres que se aventuravam aos mesmos eram duramente recriminadas, sob o pretexto de que “política não era coisa para mulher”. ***Isso*** era o bastante para fazer com que homens e mulheres se conformassem e aceitassem calados a sua condição social, pois era assim que funcionava a sociedade.

Em razão da extensão e da abrangência semântica do período recuperado por *isso*, não fica claro para o leitor a que o escritor quis se referir. Pode ser: a) a classe política que era representada por homens, b) a recriminação às mulheres com pretensões políticas; ou seja, a conclusão introduzida por *isso* é ambígua com base no correferente. A sugestão, nesse caso, seria a substituição da anáfora pronominal por anáforas nominais do tipo *tais circunstâncias*, *essa prática*, *esse modelo cultural*.

##### Exemplo 2

Estudando com antecedência, mantendo-se informado e reservando momentos para descarregar a mente torna-se muito mais fácil passar no vestibular. Entretanto, se **isso** não for possível por qualquer razão, então a solução é apelar para os santos mesmo.

Como no exemplo acima, neste caso também o correferente de *isso* é retomado de forma muito genérica; pode ser: a) manter-se informado, b) reservar momentos para descarregar a mente, c) passar no vestibular ou, ainda, d) todos eles. Sugere-se substituir *isso* por *esses recursos, tais comportamentos, essas providências*.

### Exemplo 3

O instrumento de trabalho do médico é a vida, que, evidentemente, é o nosso bem mais importante. Conduzir esta profissão sem tropeçar em sentimentos ignóbeis como orgulho, prepotência e indiferença não é fácil. Antes de tudo, é preciso ter vocação para amar, pois só assim será possível enfrentar as limitações impostas pela realidade.

Muitos escolhem equivocadamente essa profissão, pensando em “status” social, enriquecimento rápido e na chance de brincar de Deus. Esquecem, no entanto, que a verdade da medicina é outra hoje em dia.

Sobre **isso**, posso opinar com base no meu trabalho de instrumentação cirúrgica. É fácil a constatação de que os médicos já não recebem tantas deferências dos outros setores da sociedade como antigamente, talvez pelo grande aumento do número desses profissionais. Em média, são lançados no mercado de trabalho do RS 900 médicos por ano.

Este segmento de texto apresenta um problema ainda mais complexo, pois *isso* está na posição interparágrafos e, conforme a noção básica da divisão em parágrafos, esta tem a função, entre outras, de recomençar a exposição de uma nova seqüência discursiva com base no que já vem sendo dito nos parágrafos anteriores.

Desse modo, a partir do exposto nos três parágrafos do exemplo, somente com grande esforço o leitor conseguirá unir semanticamente antecedente e conseqüente, pois o que está posto nos dois parágrafos anteriores a *Sobre isso* e o que é dito na seqüência não faz jus ao caráter aglutinador da AC. Fere, portanto, o princípio da economia apresentado por Benveniste (1995), que diz que os pronomes chamados de terceira pessoa (neste caso, *isso*) têm

[...] uma função de 'representação' sintática que se estende assim a termos tomados às diferentes 'partes do discurso', e que corresponde a uma necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado ou até um enunciado inteiro, por um substituto mais maleável. (p.282/3)

Como se pode observar, a escolha do hiperônimo neutro *isso* para retomar um segmento de discurso pode refletir a falta de conhecimento sobre o funcionamento da língua. O estudante usa erroneamente para se expressar na escrita recursos próprios da linguagem oral. Em alguns casos, essa escolha chega a comprometer a compreensão do conteúdo e o rumo pretendido pelo escritor para sua argumentação, devido ao caráter excessivamente genérico da retomada.

Os exemplos seguintes tratarão de algumas questões envolvidas no uso da anáfora pronominal para retomar conceitos de extensão variada, mais especificamente, os casos de ocorrência de *esse + N* e *tais + N*.

A retomada de idéias anteriormente postas pelo escritor através do processo de nominalização que se constitui em um elemento resumidor de um segmento, por vezes não comporta o semantismo necessário para tanto. Veja-se o que diz sobre isso Ladevéze (1993):

La fluidez en la manifestación lingüística del pensamiento depende de la precisión de ese encadeamiento gramatical entre esos elementos discontinuos que hemos llamado palabras. [...] Por precisión, se entiende, por tanto, la relación de congruencia semántica entre las palabras combinadas para la manifestación del pensamiento. (p.219)



A palavra escolhida, portanto, para redefinir a passagem retomada deve ser semanticamente capaz de absorver e expressar os valores atribuídos ao referente em razão de sua função aglutinadora. Ou seja, várias idéias, fatos, acontecimentos que sejam expressos pelo referente podem ser valorados através de um único termo resumidor – a AC, conforme demonstram os exemplos que se seguem.

#### Exemplo 4

Uma ótima maneira de atingir tal objetivo (passar no vestibular) é estipular horários de estudo para cada matéria e segui-los fielmente, grupos de estudo e cursinho pré-vestibulares também são boas opções, ainda mais para aqueles que não são tão dedicados ou que têm grande dificuldade de aprendizagem.

Como **esse ano** causa imensa tensão nos jovens, observa-se que a realização de atividades de lazer como esportes, festas e viagens é igualmente importante para aliviar o estresse, contudo é indispensável que se estabeleçam limites, visando a não prejudicar os estudos com demais atividades; porém, às vezes, é necessário deixar de fazer aquilo de que se gosta ou que se tem costume. Constata-se que conviver com as pessoas positivas e freqüentar ambientes agradáveis, auxiliam a amenizar a pressão que se vive nesse momento.

Esse exemplo é particularmente problemático. O leitor precisa fazer um exercício de adivinhação para descobrir de que ano está falando o escritor, pois no parágrafo anterior não há nenhuma referência a esse espaço de tempo. Concluindo o leitor por tomar como verdade o 3º ano do Ensino Médio – período que antecede o vestibular -, ou seja buscando no contexto o correferente, a expressão *esse ano*, por se tratar de um período específico (a preparação para o vestibular) teria maior clareza e consistência semântica se substituída por *essa etapa* ou *essa fase*.

#### Exemplo 5

Desde muito pequenos, os homens são preparados para ocupar lugares de destaque dentro da sociedade. Os pais querem que os seus filhos do sexo masculino

cresçam; consigam uma mulher que não trabalhe fora de casa, já que acreditam que o gênero feminino é frágil; ocupem cargos nos quais o salário não é o que mais importa, desde que, para a concretização das atividades do cargo, seja exigido um esforço físico, visto que pensam que as mulheres não são capazes de realizar **tais tarefas**.

Considerando que a estrutura do parágrafo apresenta alguns problemas – períodos muito longos com intercalação inadequada de ideias – fica difícil para o leitor recuperar o referente da expressão *tais tarefas*, uma vez que não há anteriormente no parágrafo nenhuma relação de tarefas. Neste caso não há como sugerir formas de correção sem antes reescrever o parágrafo inteiro, reformulando-o.

#### Exemplo 6

Toda esta concorrência dificulta a obtenção de lucros financeiros imediatos. Aliado a esse aspecto negativo, existe o fato de ser uma profissão liberal, na qual é necessário produzir constantemente. **Essa produção**, infelizmente, não é tão bem remunerada, visto que a maioria dos procedimentos é paga por convênios e por planos de saúde.

*Essa produção* que, neste caso, trata-se da substantivação do verbo produzir, citado no período anterior, para retomar a ideia de atividades realizadas pelos médicos (o candidato discorria sobre essa profissão), consiste num processo curioso que envolve a classe gramatical das palavras e sua adequação a um determinado contexto. O nome “produção” revela-se semântica e pragmaticamente inadequado, pois médicos não produzem cirurgias, consultas, exames, etc. Em contrapartida, seu correferente – produzir – não traz problemas à compreensão do leitor dentro do mesmo contexto comunicativo, pois sinaliza para a noção de trabalhar constantemente. Neste caso, o mais adequado seria usar *Essa atividade*.

## 5 CONCLUSÃO

A lista com exemplos representativos de uso inadequado desse recurso coesivo poderia prolongar-se por várias páginas, mas não é esse o objetivo deste artigo cujo propósito foi levantar algumas questões sobre o uso da AC na argumentação com um enfoque para além da forma como é comumente tratada. A retomada de idéias através da AC parece possibilitar que se alie o efeito coesivo e argumentativo num mesmo elemento gramatical, por oportunizar ao escritor uma tomada de posição frente ao dito. Em razão disso, deve ser observado com rigor o aspecto semântico do correferente (sintagma verbal, frase, enunciado, texto) a ser retomado, sob pena de, se assim não o fizer o escritor, comprometer, em alguns casos, o sentido pretendido para a mensagem.

Sendo os pronomes gramemas e não lexemas, as possibilidades de escolha do elemento gramatical para a retomada é bastante limitada, por isso deve o escritor investir na escolha do nome que acompanha esse elemento para recortar e expressar com clareza o conteúdo que pretende enfatizar. Com relação ao hiperônimo neutro *isso*, o cuidado deve ser para que, independente da extensão do correferente, que pode ser até de mais de um parágrafo, conforme exemplo (3), este não contenha diversidade de traços semânticos, o que acarreta um esforço cognitivo excessivo – e às vezes infrutífero – por parte do leitor para compreender da mensagem.

Infelizmente as redações de vestibular oferecem aos avaliadores (e por isso escolhi esse gênero textual para realizar as análises) um terreno fértil para a prática de seu ofício – detectar incorreções no que se refere à forma e ao conteúdo dos textos. Ou seja, o critério de economia pretendido pela AC pode ter um custo elevado em termos de grau para o candidato, caso ele não domine as regras de retomada exigidas para a aplicação de tal recurso coesivo.

## THE USE OF THE CONCEPTUAL ANAPHORA IN THE WRITTEN ARGUMENTATION

### ABSTRACT

The usage of the conceptual anaphora in the production of argumentative texts is an important difficulty showed by many students from different levels. As it is a retake with synthetic features, its improper use may result in reading comprehension problems related to the proposed content. Therefore, this study proposes to analyze some excerpts of 'vestibular' compositions which present inappropriate uses of this cohesive strategy and to suggest semantically more appropriate alternatives.

**Keywords:** Conceptual anaphora. Argumentative text. Reading comprehension.

### NOTAS

- <sup>1</sup> Doutoranda em Linguística Aplicada – PUCRS
- <sup>2</sup> Doravante citada neste trabalho por AC.
- <sup>3</sup> Os fragmentos de textos foram transcritos conforme a redação original do vestibulando, sem considerar as possíveis correções realizadas pela equipe de avaliação.

### REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4ª ed. São Paulo. Pontes, 1995.
- CHAROLLES, M. *Les formes directes et indirectes de l'argumentation*. Pratiques, n.28. Metz, 1980.
- DESCOMBES-DÉNERVAUD, M.; JESPERSEN, Janine. *L'anaphore conceptuelle dans l'argumentation écrite*. Pratiques, Metz, n.72, 1992.

GARNHAM, A.; OAKHILL, J.; CRUTTENDEN, H. The role of implicit causality and gender cue in the interpretation of pronouns. *Language and cognitive processes*, v. 7, p. 231-256, 1992.

GERNSBACHER, M. A. Comprehending conceptual anaphors. *Language and cognitive processes*, v. 6, n. 2, p. 81-105, 1991.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *The texture of a text*. Oxford. Oxford University Press, 1989.

LADEVÉZE, L.N. *Teoría y práctica de la construcción del Texto*. Barcelona. Editorial Ariel S.A., 1993.